



**Gladys Batista Picaglie
Antonella Carvalho de Oliveira
(Organizadoras)**

Conhecimento e Saberes da Psicopedagogia Clínica e Institucional

Atena
Editora

Ano 2019

Gladys Batista Picaglie
Antonella Carvalho de Oliveira
(Organizadoras)

Conhecimentos e Saberes da Psicopedagogia Clínica e Institucional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C749 Conhecimentos e saberes da psicopedagogia clínica e institucional [recurso eletrônico] / Organizadora Gladys Batista Picaglie, Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-103-9

DOI 10.22533/at.ed.039190402

1. Psicologia da aprendizagem – Estudo e ensino. 2. Psicologia educacional. 3. Psicopedagogia. I. Picaglie, Gladys Batista. II. Oliveira, Antonella Carvalho.

CDD 370.1523

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Psicopedagogia surge da necessidade de entender os processos de aprendizagem, onde seu foco principal é a Aprendizagem e o Sujeito. O profissional precisa ter um olhar abrangente para vários aspectos sociais: sujeito, família e comunidade escolar. E também aspecto cognitivo, emocional, cultural e orgânico.

O campo de atuação pode ser clínico, institucional, hospitalar e empresarial. O clínico atende crianças e adultos com dificuldades de aprendizagem, utilizando técnicas de intervenção terapêutica de forma integrada com a família e colégio. O trabalho Institucional acontece nas Instituições de Ensino, trabalhando com a prevenção dos problemas de aprendizagem e realizando projetos para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O psicopedagogo está conquistando campo no mercado de trabalho. Podemos perceber nos artigos que compõe o “*e book Conhecimentos e Saberes da Psicopedagogia Clínica e Institucional*” os diversos âmbitos de atuação, descrevendo sua importância para o processo psicossócio educacional.

Uma boa leitura!

Gladys Batista Picaglie

Antonella Carvalho de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS	
Camila Rezende Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0391904021	
CAPÍTULO 2	8
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Elisangela Claudino da Silva	
André Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0391904022	
CAPÍTULO 3	19
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM, LEITURA E ESCRITA DO ALUNO SURDO	
Elisangela Claudino da Silva	
André Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0391904023	
CAPÍTULO 4	28
MEDIÇÃO ESCOLAR: ABORDAGEM AVALIATIVA DE UM MODELO DE ALCANCE AMPLO	
Elisabete Pinto da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0391904024	
CAPÍTULO 5	39
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LEITURA E ESCRITA: A PRÁTICA DOCENTE E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	
Miryan Cristina Buzetti	
DOI 10.22533/at.ed.0391904025	
CAPÍTULO 6	46
ANALFABETISMO AFETIVO EM ADOLESCENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS ORGANIZAÇÕES	
Marisa Cláudia Jacometo Durante	
Kelly Danelli dos Passos	
Marcia Maria Schaab	
Paulo Renato Foletto	
DOI 10.22533/at.ed.0391904026	
CAPÍTULO 7	60
REFLEXÕES ACERCA DOS PRINCÍPIOS DE INCLUSÃO, ÉTICA E CIVILIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A CULTURA ESCOLAR	
Elane Luís Rocha	
Cláudia Bernardes de Almeida Rosa	
Dalva Aparecida Bispo de Oliveira Miro	
DOI 10.22533/at.ed.0391904027	

CAPÍTULO 8 69

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA INTEGRAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Elizabeth Francelino
Nadia Sanzovo
Joaquim José Jacinto Escola

DOI 10.22533/at.ed.0391904028

CAPÍTULO 9 79

A AVALIAÇÃO COMO PRÉMIO: PERSPETIVAS DE ALUNOS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Teresa Paulino dos Santos
Maria Palmira Alves

DOI 10.22533/at.ed.0391904029

CAPÍTULO 10 98

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL A PARTIR DO PROGRAMA MENOR APRENDIZ

Marisa Claudia Jacometo Durante
Eliana Aparecida Gonçalves Simili
Moacir Juliani
Rodrigo Antonio Szablewski

DOI 10.22533/at.ed.03919040210

CAPÍTULO 11 115

EMERGING AS EARLY CHILDHOOD TEACHER: CRITICAL CHALLENGES

Dalila Maria Brito da Cunha Lino
Maria de Fátima Cerqueira Martins Vieira
Maria Cristina Cristo Parente

DOI 10.22533/at.ed.03919040211

CAPÍTULO 12 127

FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA: PERCEÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE A SUA FORMAÇÃO

Sandra Mónica Figueiredo de Oliveira
Maria Clara de Faria Guedes Vaz Craveiro
Brigite Carvalho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03919040212

CAPÍTULO 13 136

O QUE FAZEMOS COM O QUE FAZEM CONNOSCO... INTERAÇÕES QUE (NOS) FORMAM E DESENVOLVEM

Teresa Sarmento
Conceição Leal da Costa

DOI 10.22533/at.ed.03919040213

CAPÍTULO 14 151

O CONCEITO DE MEDIAÇÃO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL NA COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Ludynnylla Paiva Botta dos Passos
Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03919040214

CAPÍTULO 15	157
A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE WEB 2.0 – UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	
Nadia Sanzovo Joaquim José Jacinto Escola	
DOI 10.22533/at.ed.03919040215	
CAPÍTULO 16	173
A UNIVERSIDADE, A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E A INCLUSÃO SOCIAL	
Armando Paulo Ferreira Loureiro Antonio Izomar Rodrigues Madeiro João Carlos Pereira Coqueiro Maria José Quaresma Portela Corrêa Manoel Domingos Castro Oliveira Sílvia De Fátima Nunes Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03919040216	
CAPÍTULO 17	182
A UTILIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL PELOS PROFESSORES DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	
Maristela Romagnole de Araujo Jurkevicz Joaquim José Jacinto Escola Regiane Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.03919040217	
CAPÍTULO 18	193
MOTIVAÇÃO E OUTROS FACTORES QUE INFLUENCIAM OS MÉTODOS DE ESTUDO. O CASO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM ANGOLA	
Laurinda Magalhães Carlos Sebastião Máquina Mendes Anabela Maria de Sousa Pereira Agatângelo Joaquim dos Santos Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.03919040218	
CAPÍTULO 19	210
A ARTE DE VER: VAMOS FOTOGRAFAR?	
Elaine Simões Romual Rebeca Maria de Lurdes Dias de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.03919040219	
CAPÍTULO 20	224
O DIRETOR NO NOVO MODELO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA E AS (DES) CONTINUIDADES DEMOCRÁTICAS: POLÍTICAS E PRÁTICAS	
Maria Fernanda dos Santos Martins Ana Paula Morais Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.03919040220	
CAPÍTULO 21	238
TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: POLÍTICAS CURRICULARES	
Sandra Faria Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.03919040221	

TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: POLÍTICAS CURRICULARES

Sandra Faria Fernandes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)
São Paulo

RESUMO: O trabalho discute os sentidos implícitos presentes na proposta das Diretrizes Curriculares para a formação inicial e continuada de professores, especialmente a questão da unidade teoria-prática. Tal proposta apresenta a práxis como central ao processo formativo docente. A formação docente considera um conjunto teórico-prático imprescindíveis à compreensão do que será observado, apreendido e refletido nas horas de trabalho como futuro professor. No contexto atual, é necessário se repensar a teoria e a prática docente como práxis, como prática docente consciente, quando se almeja a transformação social, com vistas à consecução de um projeto educacional emancipatório. Desterritorializando saberes fundamentais da Educação, as diretrizes curriculares para a formação inicial docente podem impedir a unidade teoria-prática garantidora de uma formação docente apoiada no aprendizado e exercício das práxis educativa. Nesse território de disputas novo acontecimento modifica o cenário, a promulgação da Base nacional Comum Curricular vem aprofundar a discussão, pois, deve promover mudanças no

texto da Diretriz Curricular atual, que terá que se adequar à nova legislação. A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada com coordenadores das Licenciaturas de Matemática, Química, Física, Física a distâncias e Ciências Biológicas dos cursos de uma Universidade do estado de Minas Gerais. As questões curriculares foram analisadas por meio das concepções trazidas por Sacristán (2000) e Apple (1997). Após análise ficou explícito que os professores coordenadores das licenciaturas esperam que as modificações sejam urgentes e que as diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de professores preservem a articulação teoria-prática e o caráter autônomo da docência.

PALAVRAS-CHAVE: formação docente, diretrizes curriculares, teoria-prática.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto resulta de reflexões que se constroem num exercício de espera, no entremuro de uma elaboração não participada, pouco desvelada e, por isso, com significados que clamam por serem identificados e nomeados. Sua análise baseia-se em pesquisa realizada em cursos de Licenciaturas em uma universidade do estado de Minas Gerais

O propalado lançamento de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expôs um conjunto de expectativas e discussões de toda comunidade escolar, desde as academias e seus grupos de pesquisas, até associações científicas e organizações diversas como de pais, professores, reitores, instituições particulares de educação e outras. Criou-se, numa conjuntura política adversa, frágil e confusa, um “acontecimento ainda não acontecido”, mas, provocando deslocamentos conceituais e históricos relacionados à institucionalização e oficialização de outros possíveis quadros curriculares para o território nacional. O que isso traz para o âmbito da Educação?

O que este cenário de espera tem produzido em termos de efeitos para os sujeitos do processo educacional? O que tem sido reafirmado, enfraquecido ou revisto quanto aos elementos curriculares em construção-desconstrução? São estas algumas questões que direcionam a feitura dessas reflexões em nosso estudo.

Com o propósito de esclarecer conceitos pertinentes ao tema devemos considerar que teoria e prática são unidades de movimento, uma está contida na outra, em constante processo: “[...] contexto de que fazer, de práxis, quer dizer, de prática e de teoria” (FREIRE 2006, p.106) “[...] toda prática tem um fundamento teórico e vice-versa [...]” (FREIRE; SHÖR, 2006, p.12). Para Freire, teoria e prática se constituem em uma unidade dialética indissociável.

Dentro do contexto atual, é necessário se repensar a teoria e a prática docente como práxis, como prática docente consciente, quando se almeja a transformação social, com vistas à consecução de um projeto educacional emancipatório que pressupõe a formação de sujeitos autônomos, capazes de produzir seu próprio conhecimento, de posicionar-se diante da realidade, de ter postura crítica e refletir sobre suas ações e as dos outros (GIROUX, 1997, SANTOS, 2003, FREIRE, 2004, GONSALVES 2011).

2 | O CURRÍCULO EM MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO-DESCONSTRUÇÃO

Enquanto exercício de compreensão, como efetuar uma leitura acerca da forma como tem sido apresentada tanto a elaboração de uma base curricular como todo o movimento de reação a esta elaboração pela comunidade educacional? Torna-se importante efetuar a busca pelos significados de currículo que permeiam este cenário, atentando para forças e tensões correspondentes às diferentes maneiras de entender o currículo, por grupos e ações diversos.

O currículo, de acordo com Sacristan (2000) tem a pretensão de apresentar-se como o reflexo de um esquema socializador formativo e cultural que a instituição escolar tem. Ao se anunciar a necessidade de uma base curricular que abarque todo espectro nacional, anuncia-se também que há um trabalho nas escolas que não corresponde ao que se considera adequado à formação das novas gerações. Há, pois um anúncio ou denúncia de inadequações, equívocos curriculares que precisam ser enfrentados e devidamente substituídos, melhorados no âmbito das instituições

educativas. Ademais, ao se declarar a emergência de uma outra proposta de base curricular que atenda ao que se denomina “comum”, abstrai-se a diferença entre regiões, comunidades, repensa-se o valor e a dimensão das produções culturais comunitárias. Instala-se a perspectiva do risco da pasteurização curricular e a negação dos avanços curriculares quanto à diversidade de culturas que tem sido considerada nos projetos interdisciplinares propostos e realizados por tantas unidades escolares, sob as indicações dos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ainda com base em Sacristan (2000), se o currículo é uma forma de organizar as práticas educativas e, sendo, por isso, também, resultante dessas práticas, cabe captar o que nesta proposta de base curricular está sendo considerado-desconsiderado relevante como prática educativa. Há na espera a construção de perspectivas de perda do que tem feito sentido aos sujeitos do currículo, especialmente, professores e alunos.

Concomitantemente, pelas forças conservadoras que tem tensionado a política nacional e a própria discussão curricular, pais de alunos, representados por associações e organizações diversas, tem apresentado propostas de eliminação de temáticas que paulatinamente vem sendo incorporadas aos currículos desenvolvidos nas escolas, como sexualidade, gênero, etnia e política. Estão sendo questionados valores, mais que conhecimento oficial por meio de um movimento de eliminação do que tem garantido, em termos de formação humana, um certo nível de criticidade e discernimento e deslocamentos sociais importantes, de acordo com Apple (1997). Tais temáticas, ao se tornarem presentes no currículo escolar, promovem reflexão de um real pouco problematizado e, por isso, ainda em fase de experimentação, onde professores e gestores estão tateando modos, enfrentando as diferenças e assumindo a diversidade de minorias sociais.

Acompanhar este momento de espera que provoca debates, aciona posturas é também identificar que há uma desconstrução paralela de um currículo, entendido como prática educativa, que tem incomodado famílias, que provocam estranhamento e, por isso, enfraquecendo um olhar conservador, fracionado social e culturalmente. Ao se apresentar a proposta, pois, de uma base curricular, observa-se a possibilidade de eliminação do que não corresponde ao ideal de uma sociedade sem conflitos, sem diferenças, sem diversidade.

Há aí um elemento de pensar coletivo sobre currículo como prática educativa que merece ser debatido e enfrentado pela comunidade escolar (professores-gestão-alunos-pais) para muito além de qualquer documento oficial que se apresente. É a necessidade de entender o currículo como construção coletiva, cultural e histórica que ultrapassa o saber outorgado pelas ciências, porque vivido e elaborado no cotidiano por sujeitos que concretizam toda e qualquer proposta oficial, corroborando Grundy (1987), para o qual o currículo não pode estar fora e nem prévios às experiências humanas.

O documento apresentado pelos órgãos oficiais da BNCC, organizado em forma

de “direitos de aprendizagem”, explicita algumas opções em termos de currículo que trarão consequência para os currículos de formação docente. Em primeiro lugar, ao se referir ao direito de aprender, afirma-se que o currículo é um conjunto de saberes que são imprescindíveis e inegociáveis para todo e qualquer brasileiro. Há, subjaz ao termo, a educação escolar que deve se realizar privilegiando o sentido individual e, conseqüentemente, relativizando o lugar do social e de coletivo específicos, como culturas de minorias e imperando o elenco de conteúdo, esvaziando o significado histórico-crítico de saberes construídos e em construção. Entendendo que tal base curricular, assim apresentada, interferirá no currículo dos cursos de formação docente, cabe alguma reflexão. Este caráter individualizante e uniforme da BNCC será, em potencial, transferido também para os currículos de formação de professores, secundarizando transversalidade e interdisciplinaridade das práticas docentes.

Em segundo lugar, considerando que o primeiro documento apresentado caracteriza-se por detalhamentos de conteúdo, restringe o espaço de autonomia docente na escolha, no planejamento, na execução e na avaliação do processo ensino-aprendizagem. As brechas de autonomia diminuem consideravelmente e tal pode ser percebido já na Resolução CNE/CP nº 2 /2015 das Diretrizes Curriculares para a formação inicial e continuada de professores que enfatiza a gestão em detrimento da própria docência. Observa-se que ao professor em formação, cabe mais prática que teoria e uma carga-horária expressiva de estágio com vistas a acompanhar processos de gestão escolar. Além disso, tal resolução também diminui o sentido coletivo do trabalho docente e das experiências acadêmicas no decorrer da formação inicial.

Espera-se que após a publicação da Resolução CNE/CPNº2, de 22 de Dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da BNCC, que em seu capítulo V, artigo 17, rege que: “na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, [...]devendo ser implementado no prazo de dois anos”, provoque modificações urgentes como rege a legislação nas diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de professores em vigor, preservando agora a articulação teoria-prática e o caráter autônomo da docência

O currículo, ao ser considerado neste texto, como sistematização, reatualização e ressignificação de experiências de aprendizagem, assume o seu caráter de construção e de elaboração coletiva a partir de um certo e determinado contexto no qual cada escola está inserida.

Neste sentido, o risco de pasteurização de formação, via uma base curricular em nível nacional apresentada de forma engessada, provoca a necessidade de enfrentar o diálogo, a dissonância e as tensões que as políticas oficiais trazem. Pois, se o currículo é, de acordo com Moreira (2003), um instrumento que organiza, preserva e renova os conhecimentos, uma base nacional curricular, como documento oficial, deve garantir a produção curricular própria a cada escola a partir de referenciais e não de conteúdos fragmentados e listados em detalhamentos exagerados. Não apenas

diminui a autonomia docente como um documento oficial apresentado desta forma, traduz a insuficiência formativa do próprio professor, desqualificando o seu próprio processo de formação

3 | A PESQUISA

A pesquisa teve como objetivo entender como as determinações oficiais do currículo para a formação de professores, (mudança nas diretrizes curriculares) podem influenciar as necessidades de articulação teoria e prática que subjazem a qualidade da educação pretendida em que os professores irão atuar.

De abordagem qualitativa a pesquisa utilizou o método de entrevista coletiva. Inicialmente realizou-se durante todo o semestre, junto aos coordenadores dos cursos de Licenciatura reuniões semanais com debates sobre o tema da pesquisa (a implantação da Resolução CNE/CP nº 2 /2015 Diretrizes Curriculares para a formação inicial e continuada de professores). Com o propósito de otimizar o trabalho, o roteiro delineado para os debates foi utilizado para a realização de uma entrevista coletiva com os respectivos coordenadores de 5 cursos de Licenciatura, a saber: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Licenciatura em Física, Licenciatura em Física a distâncias e Licenciatura em Ciências Biológicas, considerando que os aspectos da pesquisa estavam na pauta em todos os encontros, a entrevista coletiva foi realizada somente no último encontro do semestre. Cabe destacar que, para efeito de contabilização para a organização de dados, as respostas dos coordenadores foram discriminadas em: Licenciatura em Matemática (L.M); Licenciatura em Física(L.F.); Licenciatura em Física a distância (L.F.ead); Licenciatura em Química(L.Q.); Licenciatura em Ciências Biológicas(L.C.B.)

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta curricular aqui discutida apresenta a prática como elemento central para o processo formativo docente. Torna-se necessário, assim, problematizar acerca de alguns elementos presentes nas Diretrizes. O primeiro elemento refere-se à distribuição de carga-horária e conteúdos elencados em disciplinas. O aumento da carga-horária de atividades a serem desenvolvidas em unidades escolares da Educação Básica não garante, por si só, a articulação teoria-prática na formação docente. Na fala dos professores coordenadores temos:

Vejo com muita preocupação e acho que será muito difícil a gente garantir essa carga-horária em curso noturno (L.F.ead).

Além da questão de sermos um curso noturno, ainda temos que diversificar as disciplinas com o número restrito de professores que temos na parte pedagógica (L.Q.)

Agora, com a proposta da Residência Pedagógica, como o aluno que trabalha ou que é de fora da cidade vai compatibilizar os seus horários? (L.F)

Penso que isso aparece agora porque há exatamente a necessidade de formar o professor-pesquisador. Essa articulação pode ser um caminho para a gente garantir maior aproximação entre teoria e prática de ensino. (LCB)

O segundo elemento refere-se à diminuição de disciplinas como História da Educação e Filosofia da Educação que não supõe o abrandamento da teorização descontextualizada. Parte-se, pois do pressuposto de que a formação para o exercício da docência supõe um conjunto de elementos teóricos imprescindíveis para a compreensão do que será observado, apreendido e refletido nas horas de trabalho discente, aquele que será o futuro professor nas escolas, seja como estagiários ou observadores da prática docente, seja como atividade de ensino, de extensão ou de pesquisa.

Os impactos virão na sobrecarga de trabalho dos docentes para oferecerem diversificação de disciplinas para atender as 3200 horas (L.C.B.)

Além disso, tem toda a parte de orientação do PIBID e Residência Pedagógica que estamos averiguando que não há professor suficiente para atender aos projetos. (L.M.)

E não há nenhuma possibilidade de termos abertura de vaga para a contratação de professores e temos um número muito restrito de docentes da área pedagógica ou que tem formação em ensino de... (L.Q)

Sabemos que é importante a articulação com o mestrado, mas com o aumento das horas na grade, como articular Mestrado e graduação (L.F.)

O texto não ressalta tanto a importância dessa articulação. Vejo como uma recomendação. É a universidade que não tem mestrado, o que vai articular? (L.F.ead)

Entendo que talvez o foco deva ser na pesquisa educacional para que ocorra essa articulação. O como, vamos ter que construir juntos (nós, os coordenadores) (L.Q)

De cunho interpretativo-reflexivo este estudo busca a ampliação do escopo teórico-metodológico na reconfiguração das mudanças curriculares dos programas de formação docente, considerando os riscos de um esvaziamento crítico-reflexivo quando instala-se a prática como ponto de partida da formação docente. Tem-se, assim, nos arranjos e adaptações de propostas curriculares nos cursos de formação de professores, um aumento significativo de disciplinas (currículo em formato disciplinar) denominadas “Práticas de Ensino” que se diversificam em propostas que correspondem a um saber-fazer esvaziado de teoria, como confecção de material didático, domínio de tecnologia educacional, habilidades comunicacionais que enfatizam performar-se docentes.

Destituindo e desterritorializando saberes fundamentais da Educação, as diretrizes curriculares para a formação inicial docente podem impedir uma articulação teoria-prática garantidora de uma formação docente apoiada no aprendizado e exercício da práxis educativa.

5 | A ESPERA DE POSSIBILIDADES PARA ALÉM DO OFICIAL

Este tempo entre o que se está discutindo no campo da autoridade governamental e o que será apresentado como documento oficial de políticas públicas de educação, vem sendo preenchido por indagações, sensações, alimentado de boatos, eivado de sugestões e manifestos formais de contestação. Há, nesse intervalo, a possibilidade de revisitar o que se denomina o conhecimento oficial e recuperar o entendimento de Apple (1997) acerca dos arranjos que um grupo hegemônico determinado engendra para a obtenção de acordos que possam manter garantidos os seus interesses, pois “...os poderosos não são assim tão poderosos. As políticas do conhecimento oficial são o resultado de acordos ou compromissos.” (ibid, 1997, p. 24).

Como o autor supracitado destaca, é preciso, ao analisar propostas e políticas curriculares, indagar o que nelas ou delas é verdadeiro a partir da experiência vivida, considerando que tais propostas, para se concretizarem, devem estar articuladas a problemas reais, contextos específicos. No lastro deste raciocínio cabe enfatizar que o currículo enquanto produção de significados, ultrapassa qualquer documento oficial e o modifica no cotidiano escolar num constante processo de construção coletiva de saberes e experiências definidoras de uma trajetória formativa. Assim, mesmo que as concessões se façam necessárias, seja ao livre-mercado, seja no engessamento ou disciplinarização de uma BNCC, ou uma nova Diretriz Curricular, será no embate com o real que o currículo será rearranjado, remodelado aos contextos específicos.

Nestes rearranjos que cabe aos sujeitos do processo, principalmente professores e pesquisadores, repensem seu papel, reverterem a ordem e se coloquem como agentes responsáveis pela elaboração e vivência de um currículo que ultrapasse o oficial proposto.

Importante, pois considerar que o resultado de uma BNCC, mesmo que apoiado em critérios e lógicas constituintes de um sistema de avaliação mais imposto que construído, mais estrangeiro que nacional, mais voltado para definir quadros para o mercado que para o próprio desenvolvimento e formação humanos, não será apenas para atender os desígnios impostos. Mas, tal BNCC deverá comportar espaços e brechas para a infiltração do social, elementos da cultura que se reelabora localmente, dos deslocamentos identitários que se inscrevem no próprio espaço escolar.

Se neste tempo de espera há a marginalização de grupos de pesquisa, se são negados os trabalhos e presenças de sujeitos curriculantes (Macedo, 2013) nas instâncias de tomada de decisões, será na esfera do cotidiano escolar que a BNCC será convertida em currículo. Nesta conversão estará o que deverá ser conservado e o que deverá ser subvertido e mudado em função das porosidades próprias à cultura da escola. É a espera-ação do intervalo da espera.

Então, também será na esfera do devir que os currículos para a formação inicial e continuada de professores se concretizarão na consubstancia de processos formativos de caráter reflexivo e coletivo, trazendo a teoria cada vez mais iluminadora

de práticas para a emancipação de sujeitos, se negados por BNCC se farão presentes na experiência da própria docência em formação nos espaços escolares, numa arranjo cambiante entre academia e escola, entre comunidade e âmbitos do aprender e do ensinar, tendo o aluno-licenciando em formação como elemento mediador dessas articulações, pois:

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (FREIRE, 2000, p. 155)

REFERENCIAS

APPLE, Michael. *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis, Vozes 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo, Paz e Terra 2000.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à autonomia*. 29ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 16. ed. São Paulo: Olho d'água, 2006.

_____.; SHÖR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIROUX, H.A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONÇALVES, Y.P. Qualidade oficial, indicadores do MEC. In: COIMBRA, C.L. et al (orgs). *Qualidade em Educação*. Curitiba/PR: Editora CRV, Série Currículo: Questões Atuais, vol 4, 2011.

GRUNDY, S. *Curriculum*, The Falmer Press. 1987

MACEDO, Roberto Sidnei. *Atos de Currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares*. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 427-435, set /Dez 2013.

MOREIRA, Antônio Flavio. *Currículo na Contemporaneidade: Incertezas e Desafios* Cortez 2003.

SACRISTAN, Gimeno. *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Gladys Batista Picaglie - Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-Graduada em Psicopedagogia. Cursos de Extensão: Associação Brasileira de Dislexia (ABD), em Raciocínio lógico da Matemática e Panlexia. Atualmente é Psicopedagoga Clínica e Assessora de Edição na Atena Editora.

Antonella Carvalho de Oliveira - Licenciada em Pedagogia. Mestre em Engenharia de Produção e Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atualmente é Professora da Secretaria de Estado da Educação do Paraná no CEEBJA Professor Odair Pasqualini que atende alunos com privação de liberdade na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. É Editora Chefe da Atena Editora e tem entre suas principais atribuições: coordenar a equipe editorial, fixar o escopo das publicações, definir a política editorial, monitorar e auxiliar o trabalho dos editores e adequar a composição do conselho editorial aos propósitos da editora.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-103-9

